

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/18672	28257/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - Licenciamento de obras de edificação - Beco Sãozinha do Balão, n.º 29, União das Freguesias de Real, Dume e Semelhe		
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

Processo: 5955/2026

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

Assunto do Processo: Licenciamento de obras de edificação

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pelo Departamento de Urbanismo - Gabinete de Licenciamento de Edificações, propõe-se o deferimento do pedido de licenciamento da operação urbanística ao abrigo do art.º 26.º do RJUE.

Remete-se à DPU-TAXAS para os devidos efeitos.

Nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, comunique-se o teor da presente informação técnica.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/18391 de 27 de Maio de 2026.

RESOLUÇÃO

Defiro o licenciamento de obra de edificação.

No prazo de um ano, deverá proceder ao pagamento das taxas devidas, solicitando a emissão da licença, sob pena de declaração de caducidade, conforme previsto no n.º 2.º, do artigo 71.º, do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, devendo para esse efeito apresentar os elementos constantes no ponto 21, do Capítulo III, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

Despachos

- A 26/05/2026, Rita Joaquina Matias da Silva de Sousa Freire, na qualidade de Diretor de Departamento: "Concordo. Propõe-se a aprovação do Projeto de Arquitetura . Notifique-se a requerente a apresentar as especialidades."

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO GESTIONA: 5955/2026

REGISTO DE ENTRADA: 2026-E-RE-4299 de 24/02/2026

LOCAL DA OBRA: Beco Sãozinha do Balão, n.º 29, união de freguesias (Real, Dume e Semelhe)

ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO

_26/05/2026

1. PRETENSÃO E CONTROLO PRÉVIO APLICÁVEL:

- 1.1. através do requerimento registo com o n.º 2026-E-RE-4299, relativo a um **licenciamento de obras de edificação**, com vista à alteração/ampliação da altura do muro exterior confrontante com a via público, localizado no Beco Sãozinha do Balão, n.º 29, união de freguesia Real, Dume e Semelhe), concelho de Braga, descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Braga com o n.º 1277/20040906, inscrito na matriz de natureza Urbano sob o artigo nº 72.
- 1.1. Nos termos do disposto no n.º 2 do Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, a presente operação urbanística está sujeita ao controlo prévio de licenciamento de obras de edificação por se enquadrar na alínea c) obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor.

2. ANTECEDENTES:

- 2.1. Relativamente ao local da pretensão identificam-se os seguintes antecedentes processuais:
- 2.2. Processo de Obras Isentas de controlo prévio n.º 46081/2025.
- 2.3. Alvará de Utilização n.º 218/90 de 11 maio.
- 2.4. Processo de Licenciamento n.º 3646/1985.
- 2.5. Processo de Fiscalização 7626/2025.

3. INSTRUÇÃO DO PROCESSO:

- 3.1. O presente pedido de licenciamento de obras de edificação encontra-se instruído de acordo com as normas instrutórias aplicáveis nos termos do Capítulo I e n.º 17, do Capítulo III, do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro e Artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, de acordo com a informação técnica n.º 2026-5317 proferida pela Divisão de Procedimentos Urbanísticos emitida em 24/02/2026.

4. PARECERES INTERNOS E EXTERNOS

- 4.1. O projeto de arquitetura apresentado não carece de consulta a entidades internas e externas.

5. ANÁLISE DA PRETENSÃO SEGUNDO O PDM EM VIGOR:

5.1. Enquadramento:

A obra está implantada em **Espaço Central 2, EC2**, conforme carta de classificação e qualificação do solo da 3.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Braga – PDMB, aviso n.º 8551/2026/2, publicado no Diário da República 2.ª Série – n.º 73, de 15 de abril.



6. Análise Urbanística

- 6.1. A requerente, ampliou em altura o muro de vedação existente com a via publica, em 0.90m ficando no final com 1.36m de altura, sem controlo prévio.
- 6.2. A pretensão refere-se agora à demolição parcial desse muro e construir um portão que permita a entrada de viaturas automóveis, bicicletas e motas para o interior do logradouro com alteração da altura do muro de vedação de 1,80 metros e 5,90 metros de extensão.
- 6.3. O portão carral será de correr executado em estrutura metálica e revestido a chapa metálica pintado à cor cinza antracite.
- 6.4. Está previsto no interior do logradouro a construção de um armário técnico que consiste na ocultação das máquinas de ar condicionado e bomba de calor. Não está prevista qualquer cobertura nesse armário. O armário terá como pavimento as grelhas de enrelvamento de forma a não aumentar a área de impermeabilização.
- 6.5. No que se refere ao muro **cumpre** o previsto n.º 1 do artigo B-1/52º do Código Regulamentar de Braga, na sua atual redação.
- 6.6. O armário técnico no logradouro confere uma obra escassa relevância urbanística, previsto na subalínea i) da alínea a), do n.º 1, do artigo B-1/28º, do Código Regulamentar do Município de Braga na sua atual redação.

7. PROPOSTA DE DECISÃO:

- 7.1. Propõe-se o deferimento final do pedido.
- 7.2. Remete-se à DPU-TAXAS para os devidos efeitos.
- 7.3. Nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, comunique-se o teor da presente informação técnica.

